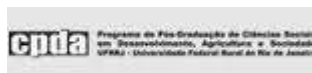


**PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA UTF/BRA/083/BRA**

**NOVA ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E SOCIAL DA AGRICULTURA  
FAMILIAR BRASILEIRA – UMA NECESSIDADE**

**AGRICULTURA FAMILIAR, OCUPAÇÃO E MERCADO DE  
TRABALHO: 2004 - 2014**

**Autor: Mauro DelGrossi**



# AGRICULTURA FAMILIAR, OCUPAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO:

2004 – 2014

## RESUMO

O número de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas vem reduzindo desde os anos 1980 no Brasil. Entretanto, um debate sobre uma nova ruralidade, com a presença da pluriatividade e das atividades não agrícolas nas áreas rurais ganhou impulso nos anos 1990. Com a retomada dos investimentos nas políticas públicas de desenvolvimento rural e de segurança alimentar, marcada com a implantação do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2000 e especialmente a partir de 2003, a agricultura familiar e a reforma agrária tiveram um forte estímulo governamental. As PNADs de 2004 a 2014 apontam um importante crescimento de famílias dedicadas à produção para o próprio consumo (um acréscimo de 602 mil famílias), especialmente no Nordeste do país. Por outro lado, ocorreu uma significativa redução da agricultura familiar (uma diminuição de 597 mil famílias) e dos assalariados agrícolas (decréscimo de 300 mil famílias), especialmente das famílias monoativas dedicadas à agricultura. Na agricultura familiar ocorreu uma importante saída dos jovens das atividades agrícolas, resultando no aumento da idade média dos ocupados agrícolas, e no aumento da participação dos homens nessas atividades, no sentido contrário da sociedade brasileira, que registra um crescimento da participação de mulheres. No mesmo período, o meio rural continuou sendo procurado para local de residência de milhares de assalariados (aumento de 652 mil famílias) e conta própria (acréscimo de 296 mil famílias) ocupados exclusivamente em atividades agrícolas, além de abrigar um número crescente de famílias sem nenhuma ocupação (mais 487 mil famílias).

## INTRODUÇÃO

O número de trabalhadores dedicados as atividades agrícolas atingiu um pico máximo em 1985, quando chegou a mais de 23 milhões de pessoas ocupadas (IBGE, 2016). A partir de então, as estatísticas apontam para uma contínua e persistente redução dos ocupados nas atividades agrícolas brasileiros. Esta redução dos ocupados na agricultura é uma tendência internacional, mas uma novidade ocorreu no mundo do trabalho rural a partir dos anos 1980, quando uma série de estudos internacionais apontavam para o crescimento do trabalho em tempo parcial nas unidades produtivas (*part time farming*), e do crescimento das ocupações em atividades não agrícolas e da pluriatividade das famílias no meio rural dos países desenvolvidos<sup>1</sup>. No Brasil, as pesquisas sobre este tema foram intensas nos anos 1990, especialmente com os resultados das pesquisas do Projeto Rurbano<sup>2</sup> (veja, por exemplo, CAMPANHOLA e GRAZIANO, 2000).

---

<sup>1</sup> Veja, por exemplo, ArkletonResearch (disponível em: <<http://www.arkletontrust.co.uk/>>).

<sup>2</sup> Projeto de pesquisa que reunia um grupo de pesquisadores de todo o país sob a coordenação da Unicamp.

Os principais resultados do Rurbano apontavam para um forte crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades nãoagrícolas, mas que mantinham a residência rural, revelando assim o surgimento de novas oportunidades para os residentes rurais. No interior das famílias rurais, alguns integrantes mantinham a atividade agrícola, enquanto outros se dedicavam apenas a atividades não agrícolas, transformando as famílias de monoativas (exclusivamente agrícolas) para pluriativas (combinação de atividades agrícolas e não agrícolas entre integrantes da mesma família). Os resultados também revelavam a importância dos rendimentos das famílias oriundas das atividades não agrícolas, que em alguns estados brasileiros já eram maiores que os rendimentos das originárias das atividades agrícolas.

Essas transformações trazem novos desafios para as políticas de desenvolvimento rural. Tratar o espaço rural como um espaço multifuncional, e não somente como o espaço da produção agrícola, são as consequências do crescimento da pluriatividade entre as famílias. O desafio é que a ação pública deve sair de políticas agrícolas isoladas, para abrangerem um conjunto de atividades e funções do espaço rural, como moradia, legislação trabalhista, preservação do meio ambiente ou lazer.

Simultaneamente a estas transformações rurais, no Brasil a instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, e a instalação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2000, trouxeram novo olhar sobre suas políticas de desenvolvimento rural, especialmente para a agricultura familiar. Conselhos de Desenvolvimento Rural foram instalados em milhares de municípios brasileiros, onde eram discutidas as alternativas locais de desenvolvimento rural sob uma perspectiva mais abrangente.

A partir do Governo Lula, em 2003, os instrumentos de incentivo da agricultura familiar e da reforma agrária foram ampliados, mediante a estratégia “Fome Zero”. Os recursos do Pronaf, antes concentrados no Sul do país, chegaram a todas as regiões brasileiras, acoplados a seguros de renda e de perdas climáticas. A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) foi retomada, incorporando a perspectiva de gênero. Ocorreu a criação dos mercados institucionais para agricultura familiar com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (2003), o biodiesel (2004) e, mais tarde, com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (2009), que GRISA e SCHNEIDER (2014) apontam como indicadores da terceira geração de políticas para agricultura familiar. Na estratégia territorial, a criação dos Territórios da Cidadania foi um marco avanço nas políticas sociais em 2008. Em 2011 o Programa Brasil sem Miséria adotou o foco de inclusão produtiva nas áreas rurais, com uma assistência técnica dirigida às peculiaridades desse público (FRANÇA et al., 2016). O número de famílias assentadas pela reforma agrária e de beneficiários do crédito fundiário ultrapassou a 700 mil famílias em 10 anos (MARQUES e DEL GROSSI, 2015).

Passados esses anos de intenso investimento nas políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, cabe o questionamento acerca do que ocorreu na ocupação no campo e entre as famílias rurais: os ocupados na agricultura continuam reduzindo? o número de famílias monoativas dedicadas à agricultura aumentou ou reduziu? A pluriatividade permanece um fenômeno importante?

Para responder e retomar essas e outras questões, este artigo analisa a evolução das pessoas ocupadas no meio rural, e sua combinação entre os integrantes das famílias no período recente. Serão destacadas a combinação de atividades e a divisão de trabalho entre os integrantes da família, incluindo elementos sob a perspectiva de gênero e geração.

## METODOLOGIA

Atualmente no Brasil, as fontes estatísticas mais atualizadas sobre a dinâmica demográfica e ocupacional do mundo rural são as das PNADs (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios), realizadas anualmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Criada em 1967<sup>3</sup>, o IBGE foi incorporando, ano a ano, novos temas e ampliando a abrangência das PNADs. Em termos de ocupação e trabalho, uma inovação importante ocorreu em 1992, quando a pesquisa começou a captar o trabalho dedicado à produção para próprio consumo e na construção para o próprio uso.

Em 2004 as PNADs passaram a ter abrangência nacional. Com amostras anuais em todo o território nacional, inclusive nas áreas rurais da região amazônica, fornece informações valiosas sobre o mundo rural para todas as unidades da federação, permitindo distinguir residentes urbanos dos rurais. Para ter a dimensão de grandeza da pesquisa, em 2014 foram entrevistados mais de 119 mil domicílios no país (IBGE, 2015), mostrando sua relevância para estudos demográficos, de ocupação e de rendimentos das pessoas e famílias. Neste trabalho foram utilizadas as PNADs de 2004 a 2014, quando a PNAD passou a ter abrangência nacional nas áreas rurais até a última disponível.

As PNADs captam as ocupações das pessoas em dois períodos de referência: na semana de referência (em geral, última semana do mês de setembro) e nos últimos 365 dias. Neste trabalho se utilizou o período de referência de 365 dias, uma vez que se busca apreender sobre a ocupação principal das pessoas ao longo do ano.

Após a identificação se as pessoas estão ocupadas ou não no período de referência, estas são classificadas em oito diferentes posições na ocupação (IBGE, 2015, p. 44-45): Empregado (pessoa que trabalhava para um empregador), Trabalhador doméstico (prestava serviço doméstico remunerado), Conta própria (explora o seu próprio empreendimento), Empregador (explora o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado), Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar, Trabalhador na produção para o próprio consumo (produção de bens para a alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar) e Trabalhador na construção para o próprio uso (construção de edificações para o uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar).

---

<sup>3</sup> Fonte: IBGE, PNAD 1999. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad99/metodologia99.shtm>. Acesso em: 5 ago. 2016.

A classificação das famílias, neste artigo, deu-se com base na combinação das posições na ocupação dos integrantes da família no período de 365 dias<sup>4</sup>:

- 1) **Agricultura familiar:** famílias com pelo menos um integrante ocupado na condição de conta própria na atividade agrícola, e sem nenhum integrante na posição de empregador.
- 2) **Agricultura patronal:** famílias com pelo menos um integrante empregador na atividade agrícola.
- 3) **Empregadores não agrícolas:** famílias com pelo menos um empregador em atividades não agrícolas.
- 4) **Conta própria não agrícola:** famílias sem nenhum integrante na posição de empregador, mas que contava com pelo menos uma pessoa como conta própria em atividades não agrícolas.
- 5) **Assalariados agrícolas:** famílias sem nenhuma pessoa das categorias acima, mas com pelo menos um dos integrantes trabalhando como empregado nas atividades agrícolas.
- 6) **Assalariados não agrícolas:** famílias sem nenhuma pessoa das categorias acima, mas com pelo menos um dos integrantes trabalhando como empregado em atividades não agrícolas.
- 7) **Autoconsumo:** famílias sem nenhuma pessoa das categorias acima, mas com pelo menos um dos integrantes trabalhando na produção para o próprio consumo. Para fins de análise deste texto, foram selecionadas apenas as famílias com residência rural.
- 8) **Autoconstrução:** famílias sem nenhuma pessoa das categorias acima, mas com pelo menos um dos integrantes trabalhando na construção para o próprio uso.
- 9) **Não ocupados:** famílias sem nenhuma pessoa das categorias acima, e com nenhum dos seus integrantes ocupados no período de 365 dias.

As famílias ainda foram classificadas de acordo com a atividade principal dos seus integrantes em:

- a) **Monoativas:** todos integrantes ocupados se dedicavam a atividades agrícolas, ou a atividades não agrícolas.
- b) **Pluriativas:** combinação de atividades agrícolas e não agrícolas na mesma família, sendo pelo menos um integrante ocupado na agricultura e outro em atividade não agrícola.

## Residência Rural

A cada 10 anos na época dos Censos Demográficos, o IBGE atualiza a sua base cartográfica com os perímetros urbanos de cada município brasileiro. Esta base é mantida fixa nas PNADs até a próxima atualização, durante aproximadamente 10 anos. Desta forma, algumas pequenas frações de áreas rurais são transformadas em urbanas pelas legislações municipais, mas as pessoas ali residentes continuarão sendo classificadas como rurais até a próxima atualização. Esta característica da PNAD superestima levemente a população rural, quanto mais distante do ano da atualização cartográfica.

---

<sup>4</sup> Utilizou-se neste trabalho o conceito de família extensa, que consiste em todos os integrantes do domicílio na condição de pessoa de referência, cônjuge, filhos, outros parentes e agregados. Não foram consideradas as ocupações dos residentes dos domicílios na condição de pensionistas, empregados domésticos e parentes de empregados domésticos.

## EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL NO PERÍODO RECENTE

Desde meados dos anos de 1980 o Brasil apresenta uma estabilidade da sua população rural em torno de 30 milhões de habitantes (Tabela 1). Diferentemente do que ocorreu nos anos 1950 a 1970, quando milhões de pessoas migraram para as cidades, a partir dos anos 1980 o êxodo perdeu fôlego. Enquanto a população urbana cresceu a taxas significativas de 1,4% a.a. entre 2004 a 2009 e 0,9% a.a. entre 2011 e 2014, a população rural tem taxas não significativas, revelando a estabilidade no número de residentes rurais.

**Tabela 1: evolução da população brasileira segundo a situação do domicílio. Brasil, 2004 a 2014. (milhares de pessoas)**

Residência	2004 <sup>a</sup> (1000)	2009 <sup>a</sup> (1000)	2011 <sup>b</sup> (1000)	2014 <sup>b</sup> (1000)	Taxa 04/09 (% a.a.)	Taxa 11/14 (% a.a.)
Brasil	183.439	193.995	197.825	203.191	1,1 ***	0,9 ***
População urbana	151.777	162.147	168.077	172.827	1,4 ***	0,9 ***
População rural	31.662	31.848	29.749	30.364	-0,1	0,8

Fonte: tabulações especiais da PNAD/IBGE. Agosto de 2016.

a) delimitação cartográfica das áreas urbanas de 2000.

b) delimitação cartográfica das áreas urbanas de 2010.

\*\*\*, \*\* e \* indicam respectivamente 99%, 95% e 90% de confiança.

Nota-se que entre 2009 e 2011 temos uma aparente queda na população rural, mas que é apenas o efeito da atualização cartográfica, quando pessoas antes classificadas de rurais passaram a ser registradas como urbanas, segundo as novas leis municipais que delimitaram o perímetro urbano dos municípios. Esta atualização ocorreu com o Censo Demográfico de 2010.

No período de 2004 a 2014 quase 4 milhões de trabalhadores deixaram a agricultura como atividade principal no período de referência de 365 dias (Tabela 2), especialmente entre 2004 a 2009. Nos anos mais recentes (2011/2014) ocorreu uma pequena queda, mas esta não foi significativa, indicando uma estabilidade do número de ocupados agrícolas nos anos mais recentes.

Outro registro importante sobre os ocupados agrícolas é que quase 1/3 deles residiam em áreas urbanas, provavelmente próximas aos seus locais de trabalho agrícola, quer seja em áreas rurais próximas, quer no próprio perímetro urbano (agricultura urbana).

O fenômeno observado nos anos 1990s de crescimento dos ocupados em atividades não agrícolas mas com residência rural persistiu entre 2004 e 2014. Já são quase 6 milhões de trabalhadores em atividades não agrícolas e mantendo a residência rural, exercendo estas atividades diretamente nas áreas rurais ou em centros urbanos próximos. As taxas de crescimento são impressionantes de 4% a.a. entre 2004 a 2009, e quase 7% a.a. entre 2011 a 2014.

**Tabela 2: evolução da população ocupada segundo a atividade principal em 365 dias e situação do domicílio. Brasil, 2004 a 2014. (milhares de pessoas)**

Regiões	2004 <sup>a</sup> (1000)	2009 <sup>a</sup> (1000)	2011 <sup>b</sup> (1000)	2014 <sup>b</sup> (1000)	Taxa 04/09 (% a.a.)	Taxa 11/14 (% a.a.)
Ocupados na agricultura	19.210	17.083	15.823	15.331	-2,6 ***	-1,0
Residência urbana	5.957	5.315	4.935	4.796	-2,7 **	-0,9
Residência rural	13.253	11.768	10.887	10.536	-2,6 ***	-1,0
Ocupados não agrícolas	73.385	84.688	85.233	91.838	2,9 ***	2,3 **
Residência urbana	68.769	78.878	80.378	85.868	2,8 ***	2,0 **
Residência rural	4.616	5.810	4.855	5.970	4,1 **	6,9 **

Fonte: tabulações especiais da PNAD/IBGE. Agosto de 2016.

a) delimitação cartográfica das áreas urbanas de 2000.

b) delimitação cartográfica das áreas urbanas de 2010.

\*\*\*, \*\* e \* indicam respectivamente 99%, 95% e 90% de confiança.

A procura das zonas rurais apenas como local de residência é uma das novas facetas da ruralidade brasileira, onde milhões de trabalhadores mantém residência nestas áreas para residência, quer pelo custo da moradia ou quer pela qualidade de vida (veja por exemplo DEL GROSSI e GRAZIANO DA SILVA, 2002).

Os resultados de crescimento de residentes rurais ocupados em atividade não agrícolas estão condizentes com os resultados encontrados por outros autores:

Constatou-se que, não obstante o declínio na PEA rural ocupada na agricultura mercantil, a população rural brasileira se manteve estável devido, principalmente, à expansão da PEA com ocupação não agrícola... A continuidade dessas tendências pode fazer com que, na área rural, a ocupação e renda das atividades agrícolas sejam superadas pelas oriundas de atividades não agrícolas. Portanto, há necessidade de readequação das iniciativas de desenvolvimento rural (LAURENTI et al., 2015, p.321).

BALSADI e DEL GROSSI (2016) também observaram uma redução nos ocupados agrícolas na Região Nordeste:

Os resultados apontaram para uma contínua redução da PEA nordestina ocupada na agricultura, parcialmente compensada pelo crescimento de residentes rurais ocupados em atividades não agrícolas, além das pessoas dedicadas à produção de autoconsumo. As mulheres e os jovens foram os que mais deixaram as atividades agrícolas, reforçando uma tendência de envelhecimento da PEA ocupada. Os setores de ocupação com maior redução foram os de cultivo da mandioca e do milho, enquanto cresceram as ocupações nas atividades de pesca e serviços relacionados, de serviços na agricultura, e de sistemas integrados de produção agrícola e pecuária. Registrou-se um crescimento da escolaridade dos ocupados na agricultura nordestina, mas ainda aquém da média nacional. Espera-se que os resultados

obtidos sejam uteis para novos estudos e pesquisas, bem como para elaboração e implementação de políticas públicas que promovam uma vida digna para as pessoas e famílias que trabalham na agricultura e no rural da região Nordeste (BALSADI e DEL GROSSI, 2016, p.1).

Um dos aspectos importantes dos ocupados em atividades não agrícolas é sua escolaridade, maior que a dos agrícolas que residem nas mesmas áreas rurais (Tabela 3). A participação de pessoas sem nenhuma instrução entre os agrícolas chega a 23%, enquanto que nos rurais não agrícolas a taxa é de apenas 8%. Entre os não agrícolas, a participação de pessoas com ensino médio completo é de 27%, enquanto que nos agrícolas a taxa é de apenas 9%.

**Tabela 3: proporção dos ocupados rurais em atividades agrícolas e não agrícolas no período de 365 dias, segundo o nível de instrução mais elevado obtido. Brasil, 2014.**

Nível de Instrução	Rurais Agrícolas	Rurais Não Agrícolas
Sem instrução	23%	8%
Fundamental incompleto	55%	36%
Fundamental completo	8%	12%
Médio incompleto	4%	8%
Médio completo	9%	27%
Superior incompleto	1%	3%
Superior completo	1%	7%
Não determinado	0%	0%

Fonte: tabulações especiais da PNAD/IBGE. Agosto de 2016.

## EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS

Entre 2004 e 2014 o número de agricultores familiares no Brasil reduziu de 4,5 milhões para 3,9 milhões, com uma redução de quase 600 mil famílias (Tabela 4). O segundo grupo mais numeroso, o das famílias de assalariados agrícolas, também teve uma redução no período, mas com menor intensidade que a agricultura familiar, com 300 mil famílias a menos. Proporcionalmente, o grupo com maior redução foi o da agricultura patronal, que diminuiu quase a metade nestes 10 anos: de 544 mil em 2004 reduziu para 263 mil em 2014.

Em compensação, as famílias dedicadas exclusivamente à produção para o próprio consumo tiveram uma expansão fabulosa nesse período, saindo de 371 mil famílias em 2004 para 973 mil em 2014, um acréscimo de 602 mil famílias (Tabela 4). O crescimento das atividades de produção para o próprio consumo confirma os resultados de ANJOS et al. (2010), que também constataram um importante crescimento do número de ocupados nesta atividade entre 2001 a 2006.



**Tabela 4: Evolução das famílias ocupadas diretamente nas atividades agrícolas. Brasil, 2004 a 2014. (milhares de famílias)**

Tipo de Família	2004	2009	2014	Taxa 04/14 (% a.a.)	Varição
Agricultura familiar	4.454	3.885	3.857	-1,5 ***	-597
Agricultura patronal	544	443	263	-7,5 ***	-281
Assalariados agrícolas	3.441	3.643	3.140	-1,1 **	-300
Autoconsumo rurais	371	684	973	9,9 ***	602

Fonte: Tabulações especiais da PNAD/IBGE. Agosto de 2016.

\*\*\*, \*\* e \* indicam respectivamente 99%, 95% e 90% de confiança.

A maior redução da agricultura familiar foi na Região Nordeste (570 mil famílias a menos), seguida da Região Sul (menos 116 mil famílias). Mas nesse período recente ocorreu uma novidade que não se observou nos anos 1990: o crescimento da agricultura familiar na Região Sudeste em 119 mil famílias (Tabela 5).

**Tabela 5: Variação das famílias ocupadas com atividades agrícolas. Regiões do Brasil, 2004 a 2014. (milhares de famílias)**

REGIÃO	Agricultura familiar	Agricultura patronal	Assalariados agrícolas	Autoconsumo rurais
Norte	15	-49	10	58
Nordeste	-570	-120	-53	414
Sudeste	119	-40	-230	58
Sul	-116	-62	-53	67
Centro-Oeste	-46	-10	25	4
BRASIL	-597	-281	-300	602

Fonte: Tabulações especiais da PNAD/IBGE. Agosto de 2016.

O crescimento das famílias na produção de autoconsumo foi mais intenso na Região Nordeste, mas também ocorreu em todas as regiões brasileiras. Para a Região Nordeste é razoável supor que parte dos agricultores familiares passou para atividades de autoconsumo no período, em decorrência da intensa seca que assolou a região entre 2011 e 2014.

Na Região Sudeste, continua a tendência de décadas anteriores, de diminuição do número de assalariados agrícolas, com a maior redução dessas famílias nos últimos anos. Já nas regiões Norte e Centro-Oeste o número de famílias assalariadas vem crescendo.

As famílias da agricultura patronal vêm reduzindo o seu número em todas as regiões do país, especialmente no Nordeste (menos 120 mil famílias).

Entre 2004 e 2014, a pluriatividade na agricultura familiar teve uma leve redução, permanecendo ao redor de 1,2 milhões de famílias (Tabela 6). A redução acentuada na agricultura familiar ocorreu entre as famílias monoativas, dedicadas apenas as atividades agrícolas.

**Tabela 6: Evolução das famílias ocupadas diretamente nas atividades agrícolas, segundo a condição de atividade. Brasil, 2004 a 2014. (milhares de famílias)**

Tipo de Família	2004	2009	2014	Taxa 04/14(% a.a.)	Variação
Agricultura familiar	4.454	3.885	3.857	-1,5 ***	-597
Monoativa	3.252	2.690	2.665	-1,9 ***	-587
Pluriativa	1.202	1.194	1.192	-0,6 *	-10
Agricultura patronal	544	443	263	-7,5 ***	-281
Monoativa	323	256	151	-7,8 ***	-172
Pluriativa	221	187	113	-7,1 ***	-108
Assalariados agrícolas	3.441	3.643	3.140	-1,1 **	-300
Monoativa	2.309	2.326	2.042	-1,3 ***	-267
Pluriativa	1.132	1.316	1.099	-0,6	-33
Autoconsumo rurais	371	684	973	9,9 ***	602

Fonte: Tabulações especiais da PNAD/IBGE. Agosto de 2016.

\*\*\*, \*\* e \* indicam respectivamente 99%, 95% e 90% de confiança.

A redução da agricultura familiar monoativa ocorre em quase todas as regiões brasileiras (com destaque para -461 mil famílias no Nordeste e -130 mil famílias no Sul), com exceção da Região Sudeste (+62 mil novas famílias) e na Região Norte (permanece estável). A agricultura familiar pluriativa reduz em -109 mil famílias no Nordeste, permanece estável nas regiões Sul e Centro-Oeste, e cresce nas regiões Norte (+27 mil famílias) e Sudeste (+57 mil famílias).

A redução da pluriatividade na agricultura familiar nordestina contraria as expectativas dos anos 1990, quando se esperava um aumento importante da pluriatividade entre as famílias mais pobres:

A conclusão mais geral consiste em que a pluriatividade, no Brasil, só tem perspectivas de crescimento em áreas rurais de regiões pobres como o Nordeste. (NASCIMENTO, 2005, p.viii)

Comportamento próximo ao da agricultura familiar ocorre com as famílias de assalariados agrícolas: as pluriativas permanecem estáveis, com 1,1 milhão de famílias, e as monoativas tem uma redução significativa. Já entre os empregadores agrícolas, as quedas são significativas tanto nas famílias agrícolas como nas pluriativas.

Não somente o número de famílias agrícolas está reduzindo, mas também o número de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas no interior das famílias. A agricultura familiar, que ocupava 2,2 pessoas em média por família no ano de 2004, passou a ocupar 1,7 pessoas por família em 2014, com uma queda significativa de 3% a.a. (Tabela 7). Com menor intensidade, a redução do número médio de pessoas por família na agricultura também ocorreu na

agricultura patronal, nos assalariados agrícolas, e em menor intensidade entre as famílias dedicadas à produção para o próprio consumo.

**Tabela 7: Número médio de pessoas nas atividades agrícolas por tipo de família. Brasil, 2004 a 2014.**

Tipo de Família	2004	2009	2014	Taxa 04/14 (% a.a.)
Agricultura familiar	2,2	1,9	1,7	-3,0 ***
Agricultura patronal	1,7	1,5	1,4	-2,2 ***
Assalariados agrícolas	1,5	1,4	1,3	-1,6 ***
Autoconsumo rurais	1,7	1,7	1,6	-0,7 *

Fonte: Tabulações especiais da PNAD/IBGE. Agosto de 2016.

\*\*\*, \*\* e \* indicam respectivamente 99%, 95% e 90% de confiança.

A redução do número médio de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas também foi acompanhada por um pequeno mas constante aumento proporcional de homens executando essas atividades, enquanto reduz a proporção de mulheres (Tabela 8). Atendimento da ocupação agrícola segue direção contrária à da sociedade brasileira, onde tem crescido a participação das mulheres no mercado de trabalho, e pode estar indicando uma tendência à masculinização do exercício das atividades agrícolas. A predominância dos homens nas atividades agrícolas já é especialmente marcante entre os assalariados (78%), mas é mais equilibrada nas famílias de autoconsumo (56%).

**Tabela 8: Proporção de homens e mulheres exercendo atividades agrícolas, segundo o tipo de família. Brasil, 2004 a 2014.**

Tipos de Famílias	2004	2014	Taxa 04/14 (% a.a.)
Agricultura familiar	100%	100%	
Homens	66%	68%	0,6 ***
Mulheres	34%	32%	-1,3 ***
Agricultura patronal	100%	100%	
Homens	73%	76%	0,8 ***
Mulheres	27%	24%	-2,2 ***
Assalariados agrícolas	100%	100%	
Homens	75%	78%	0,5 ***
Mulheres	25%	22%	-1,7 ***
Autoconsumo rurais	100%	100%	
Homens	52%	56%	1,2 **
Mulheres	48%	44%	-1,5 **

Fonte: Tabulações especiais da PNAD/IBGE. Agosto de 2016.

\*\*\*, \*\* e \* indicam respectivamente 99%, 95% e 90% de confiança.

Analisando o interior das famílias, as reduções de pessoas ocupadas na agricultura familiar ocorreram entre todos integrantes do domicílio, mas acentuadamente entre os filhos e outros parentes (Tabela 9). Quase 2 milhões de jovens deixaram as atividades agrícolas entre 2004 e 2014. Nem mesmo as atividades não agrícolas nas famílias pluriativas têm absorvido esses filhos. Já nas famílias de autoconsumo, que tiveram um crescimento vertiginoso no período, as pessoas de referência são as que mais crescem em número, seguida pelos cônjuges.

**Tabela 9: Variação do número de pessoas ocupadas na agricultura familiar e de autoconsumo, segundo a posição no domicílio. Brasil, 2004 a 2014. (milhares de pessoas)**

Tipos de Famílias	Agrícolas	Não Agrícolas
Agricultura familiar monoativas		
Pessoa de referência	-676	-
Cônjuge	-609	-
Filhos e outros	-1.654	-
Agricultura familiar pluriativas		
Pessoa de referência	-128	101
Cônjuge	88	-80
Filhos e outros	-399	-173
Autoconsumo rurais		
Pessoa de referência	532	-
Cônjuge	303	-
Filhos e outros	154	-

Fonte: Tabulações especiais da PNAD/IBGE. Agosto de 2016.

O resultado do afastamento dos jovens das atividades agrícolas é o aumento da idade média dos ocupados nessas atividades (Tabela 10). A idade média dos ocupados na agricultura familiar subiu de 38 anos para 44 anos. O aumento da idade média também ocorreu entre os integrantes da agricultura patronal e dos assalariados agrícolas. Somente nas famílias de autoconsumo foi mantida a idade média de 46 anos.

Destaca-se nas famílias pluriativas que a idade média dos integrantes ocupados em atividades não agrícolas é menor que a dos ocupados nas atividades agrícolas, em todos os tipos de famílias.

Estes resultados apontam para uma migração de atividade dos integrantes mais jovens das famílias para atividades não agrícolas. Para os mais velhos, cabem as atividades agrícolas rotineiras, indicando assim uma tendência de envelhecimento dos ocupados nas atividades agrícolas.

**Tabela 10: Idade média (anos) dos ocupados em atividades agrícolas e não agrícolas, segundo o tipo de família. Brasil, 2004 a 2014.**

Tipo de Família	2004	2014	Taxa 04/14 (% a.a.)
Agricultura familiar monoativa			
Ocupados agrícolas	38	44	1,6 ***
Agricultura familiar pluriativa			
Ocupados agrícolas	39	44	1,3 ***
Ocupados não agrícolas	31	34	0,7 ***
Agricultura patronal monoativa			
Ocupados agrícolas	44	52	1,8 ***
Agricultura patronal pluriativa			
Ocupados agrícolas	44	48	0,7 ***
Ocupados não agrícolas	33	37	0,9 ***
Assalariados agrícolas monoativos			
Ocupados agrícolas	35	38	1,1 ***
Assalariados agrícolas pluriativos			
Ocupados agrícolas	35	38	1,0 ***
Ocupados não agrícolas	31	32	0,5 ***
Autoconsumo rurais (agrícolas)	47	46	-0,5

Fonte: Tabulações especiais da PNAD/IBGE. Agosto de 2016.

\*\*\*, \*\* e \* indicam respectivamente 99%, 95% e 90% de confiança.

## AS FAMÍLIAS NÃO AGRÍCOLAS NO MEIO RURAL

A tendência observada nos anos 1990 de crescimento de famílias residentes em áreas rurais dedicadas exclusivamente às atividades não agrícolas, tanto na zona rural como na zona urbana mais próxima, continuou no período de 2004 a 2014 (Tabela 11), especialmente entre famílias de assalariados (acrécimo de 652 mil famílias), famílias não ocupadas (487 mil famílias) e de conta própria (296 mil famílias).

**Tabela 11: Evolução das famílias não agrícolas e não ocupadas, mas com residência rural. Brasil, 2004 a 2014.(milhares de famílias)**

Tipo de Família	2004	2009	2014	Taxa 04/14 (% a.a.)	Varição
Empregadores não agrícolas	77	121	106	0,2	30
Conta própria não agrícolas	706	901	1.002	1,8 *	296
Assalariados não agrícolas	1.180	1.695	1.832	3,4 ***	652
Autoconstrução	1	4	5	6,5	4
Não ocupados	452	662	939	9,2 ***	487

Fonte: Tabulações especiais da PNAD/IBGE. Agosto de 2016.

\*\*\*, \*\* e \* indicam respectivamente 99%, 95% e 90% de confiança.

O crescimento de famílias com residência rural e dedicadas exclusivamente às atividades não agrícolas, ou simplesmente sem nenhuma ocupação, ocorreu em todas as regiões rurais do país, mas especialmente na Região Nordeste (Tabela 12).

**Tabela 12: Variação das famílias rurais ocupadas diretamente nas atividades não agrícolas ou não ocupadas. Regiões do Brasil, 2004 a 2014. (milhares de famílias)**

REGIÃO	Empregadores não agrícolas	Conta própria não agrícola	Assalariados não agrícolas	Auto construção	Não ocupados
Norte	5	63	30	-	69
Nordeste	11	198	467	4	246
Sudeste	0	15	35	1	63
Sul	11	14	98	-	92
Centro-Oeste	3	6	22	0	17
BRASIL	30	296	652	4	487

Fonte: Tabulações especiais da PNAD/IBGE. Agosto de 2016.

O crescimento de residentes rurais ocupados em atividades nãoagrícolas reforça uma das faces da moderna ruralidade brasileira: a manutenção da residência rural, mas exercendo ocupações tipicamente urbanas (não agrícolas), ou, ainda, simplesmente não ocupados, onde o rural é apenas uma alternativa de moradia.

Em síntese, os resultados apontam que o espaço rural brasileiro continua cada vez mais deixando de ser o espaço exclusivo para a produção agrícola, para abrigar novas atividades e usos.

## CONCLUSÕES

Os anos de 2004 a 2014 foram intensos em relação às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e para o desenvolvimento rural brasileiro, mas também ficarão marcados por importantes transformações entre os trabalhadores e famílias rurais.

Nestes anos a população rural permaneceu estável em torno de 30 milhões de residentes. Mas quando se analisa o número de pessoas ocupadas no período de 2004 a 2014, quase 4 milhões de trabalhadores deixaram a agricultura como atividade principal no período de referência de 365 dias, especialmente entre os anos de 2004 a 2009.

Por outro lado, o fenômeno observado nos anos 1990s de crescimento dos ocupados em atividades não agrícolas, mas com residência rural, persistiu entre 2004 e 2014. Já são quase 6 milhões de trabalhadores em atividades não agrícolas e mantendo a residência rural no ano de 2014, exercendo suas atividades não agrícolas diretamente nas áreas rurais ou em centros urbanos próximos. O perfil dos trabalhadores selecionadas para as atividades não agrícolas são aqueles com maior nível de escolaridade.

Quanto se passa a analisar as famílias rurais os resultados são ainda mais marcantes. Nesses anos ocorreu uma redução importante no número de agricultores familiares (quase 600 mil famílias), de assalariados rurais (300 mil famílias) e mesmo na agricultura patronal (281 mil famílias). As maiores reduções ocorreram entre as famílias monoativas, enquanto as famílias pluriativas permaneceram relativamente estáveis em número de famílias. Ao mesmo tempo, ocorreu um expressivo aumento do número de famílias dedicadas unicamente à produção para o consumo da família no meio rural (602 mil famílias).

O período também foi marcado pela saída dos jovens das atividades agrícolas, pelo aumento da participação dos homens e pelo aumento da idade média dos ocupados na agricultura.

As famílias rurais inteiramente ocupadas em atividades não agrícolas, especialmente as de conta própria e assalariadas, cresceram significativamente nesse período em todas as regiões do país.

Outra característica marcante da nova ruralidade brasileira é o crescimento das famílias residentes nas áreas rurais, mas sem nenhum tipo de ocupação. Estas já contam 939 mil famílias em nossas áreas rurais.

No âmbito das pesquisas acadêmicas, uma agenda de pesquisa se abre no futuro, buscando melhor entendimento sobre as dinâmicas em andamento nos anos recentes, explorando os rendimentos e os tempos de trabalhos das famílias envolvidas neste amplo processo de transformações rurais. Estas trazem novos desafios para as políticas públicas, visando um desenvolvimento rural inclusivo, não apenas para produção agrícola e com cidadania para todos seus residentes.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, F.; DEL GROSSI, M.E.; CALDAS, N.V. La seguridad alimentaria bajo otra mirada: análisis sobre la evolución de la población brasileña ocupada en actividades de autoconsumo. *Investigaciones Geográficas*, México, n.113, p. 103-118, dez. 2010.

BALSADI, O.V. e DEL GROSSI, M.E. Trabalho e emprego na agricultura nordestina: um olhar para o período 2004-2014. In: 54 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2016, Maceió. Anais do 54 Congresso da SOBER. Brasília: SOBER, 2016.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Org.). *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Jaguariúna: Embrapa, 2000.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. Novo Rural: uma abordagem ilustrada, v.I. Londrina: IAPAR, 2002. v. I. 53p.

FRANÇA, C.G.; MARQUES, V.; DEL GROSSI, M. E. *Superación del hambre y de la pobreza rural: iniciativas brasileñas*. Brasília: Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO), 2016. 254p.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v.52, 2014.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: metodologia PNAD 1999*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad99/metodologia99.shtm>>. Acesso em: 5 ago. 2016.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: notas metodológicas dapesquisa básica PNAD 2014*. Rio de Janeiro, 2015.

IBGE. Séries históricas e estatísticas: pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários: 1970 – 2006. Disponível em: <[http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista\\_tema.aspx?op=0&no=1](http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=1)> (consulta em 30/ago/2016).

LAURENTI, A. C.; PELLINI, T.; TELLES, T. S. Evolução da ocupação e do rendimento das pessoas no espaço rural brasileiro no período de 2001 a 2009. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Jun/2015, Vol.53, n.2, p.321-342.

MARQUES, V.; DEL GROSSI, M. E. The democratization of access to land for Brazilian family farmers in recent years. *Policy in Focus*, v. 12, p. 13-15, 2015.

NASCIMENTO, C.A. Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas. UNICAMP, 2005, 218 p. (Tese de Doutorado)